

A ascensão do conservadorismo no Brasil: surgimento e atuação de movimentos sociais conservadores.

Francisco Mesquita De Oliveira.

Cita:

Francisco Mesquita De Oliveira (2017). *A ascensão do conservadorismo no Brasil: surgimento e atuação de movimentos sociais conservadores*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/3691>

A ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL: surgimento e atuação de movimentos sociais conservadores¹

Francisco Mesquita de Oliveira²

RESUMO

Este trabalho analisa o surgimento e atuação de movimentos sociais conservadores na sociedade brasileira no início do século XXI. Diante da ascensão do conservadorismo no Brasil, como surgem e se estruturam os movimentos sociais conservadores? Quem são os participantes desses movimentos? Quais são suas bandeiras de luta? E quais as consequências de sua atuação para o governo da presidente Dilma? No âmbito das ciências sociais, após os anos 70 até final do século XX, os movimentos sociais brasileiros ficaram conhecidos como sujeitos sociais progressistas, construtores da sociedade civil organizada, defensores dos direitos humanos e dos direitos de cidadania (TOURAINÉ, 1989; DOIMO, 1995 e GOHN, 1997). Essa premissa norteou grande parte dos estudos sobre ações coletivas no Brasil, num contexto sociopolítico de forte crise econômica nos anos 80, governos de transição democrática e neoliberais mais tarde. Esta pesquisa é documental e privilegia técnicas de metodologia qualitativa, como análise de conteúdo. O ambiente político de emergência e atuação dos atores sociais progressistas foi adverso, porém nos anos 90 esses atores parecem ceder espaço às Organizações Não Governamentais (ONG), que, por vez, assumem o protagonismo no desenvolvimento de ações de políticas públicas em parceria com o Estado, participação em gestão pública e maior democratização do Estado. Mas, em meados da segunda década do século XXI, tanto ONG quanto movimentos sociais progressistas convivem e disputam espaços com os novíssimos movimentos sociais conservadores que pautam políticas neoliberais.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Novíssimos movimentos sociais. Conservadorismo brasileiro.

THE ASCENSION OF CONSERVATIVES IN BRAZIL: emergence and action of conservative social movements

ABSTRACT

This paper analyzes the emergence and performance of conservative social movements in Brazilian society at the beginning of the 21st century. Faced with the rising of conservatism in Brazil, how do conservative social movements emerge and structure themselves? Who are the participants in these movements? What are their fighting flags? And what are the consequences of their acting for the government of President Dilma? In the social sciences, from the 1970s until the end of the 20th century, Brazilian social movements became known as progressive social subjects, constructors of organized civil society, defenders of human rights and citizenship rights (TOURAINÉ, 1989; DOIMO, 1995 e GOHN, 1997). This premise guided a large part of the studies on collective actions in Brazil, in a socio-political context of a strong economic crisis in the 1980s, later democratic and neoliberal transition governments. This research is documentary and privileges techniques of qualitative methodology, such as content analysis. The political environment of emergence and action of progressive social actors was adverse, but in the 1990s these actors seem to give way to nongovernmental organizations (NGOs), which, at the same time, play a leading role in the development of public policy actions in partnership with State, participation in public management and greater democratization of the State. But in the middle of the second decade of the 21st century, both NGOs and progressive social movements coexist and compete with the new conservative social movements that govern neoliberal policies.

Keywords: Social movements. New social movements. Brazilian conservatism.

¹ O autor do artigo recebeu apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI) para apresentação do mesmo no XXXI Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado entre nos dias 03 e 08 de dezembro do ano de 2017, em Montevideo – Uruguai.

² Professor Adjunto IV no Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI - Brasil), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Programa de Pós-graduação em Gestão Pública da supracitada Universidade, na condição de docente permanente. mesquita@ufpi.edu.br

Introdução

Após um histórico período de lutas dos atores sociais coletivos brasileiros por demandas de direitos e redemocratização do país, nos anos de 1990 eles se aproximam do estado com desenvolvimento de política de parceria e, a partir de 2003, com a chega das forças políticas de centro-esquerda ao poder federal, voltam-se ainda mais para ação colaboracionista de convênios com o estado. De certa forma, essa relação de colaboração ao longo dos anos fez os movimentos sociais progressistas desenvolverem sua agenda de ação numa relação de dependência das políticas governamentais. E, mais recentemente, numa conjuntura de arrefecimento desses atores, surge no Brasil movimentos sociais conservadores.

Esse processo mais intenso de colaboração da sociedade civil organizada e Estado durou aproximadamente um decênio, fazendo avançar aspectos de democratização das relações institucionais por meio da intensificação dos conselhos setoriais de políticas públicas, conferências municipais, estaduais e nacionais, audiências públicas e orçamentos participativos. Esse processo avançou para flexibilização das relações Estado-sociedade, institucionalização de política de parceria dos movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs) com governos e a construção do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, denominado MIROSC³. Outro ponto relevante no processo de democratização do Estado-sociedade civil, nos governos de forças políticas de centro-esquerda, a publicação do Decreto nº 8.243\2014 que institui a Política Nacional de Participação Social. Mas, dias depois de sua publicação a Câmara dos Deputados o cancelou, alegando que o mesmo interferia na ação parlamentar. Esses dois exemplos do processo de democratização do Estado mostram limites na política brasileira que ora se apresenta progressista outrora conservadora.

Após esse processo de avanço e recuo na democracia, instalação de uma crise econômica e rápido aumento do desemprego entre 2014 e 2015, setores das elites política e econômica insatisfeitos com suas perdas pela crise, a classe média insatisfeita por quase ser preterida nas políticas sociais e setores populares querendo mais acesso ao mercado de consumo, embalados na onda do conservadorismo que avançava mundialmente, vão às ruas das cidades brasileiras contra a corrupção política e o governo e organizam os novíssimos movimentos sociais conservadores. Esses novíssimos atores conseguem apoio de setores das

³ Lei Federal nº 13.204\2015 estabelece regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento.

elites política, econômica e midiática (SOUZA, 2016; CHAUI, 2016; LOWY, 2016), mobilizam-se por meio das redes sociais na *internet* e, aos poucos, vão e se mantêm nas ruas em dezenas, centenas, milhares no ano de 2014 contra os altos gastos da copa mundial de futebol, a corrupção política e até hostilizam a presidente no evento de abertura oficial da copa.

Após as eleições de 2014, para presidente da república, dão continuidade as articulações pela *internet*, manifestações públicas com milhares de pessoas empunhando a bandeira de oposição ao governo da Presidente Dilma, oposição ao Partido dos Trabalhadores (no governo desde de 2003) e um discurso de anticorrupção e, assim, transformam-se em base social do *impeachment* da presidente ocorrido em agosto de 2016.

Ao contrário dos movimentos sociais do final do século XX, de caráter progressista e pela democratização do Estado, os do início do século XXI apresentam espectro conservador, elitista e defensores de políticas neoliberais. Nesse sentido, buscar-se-á, com este trabalho, apresentar considerações acerca da ascensão de dois movimentos sociais conservadores, nomeado Movimento Vem Pró Rua (VPR) e Movimento Brasil Livre (MBL) atualmente tentando se firmar na sociedade brasileira.

Traços da sociedade civil brasileira no final do século XX

Entre os anos de 1980 até o final do século XX os movimentos sociais no Brasil (organizações comunitárias de moradores de bairros, associações de moradores, grupos de jovens de Igrejas, grupos de trabalhadores rurais, movimentos sindical) ficaram conhecidos atores sociais coletivos progressistas por reivindicarem demandas sociais, defenderem a democratização do Estado, os direitos humanos, os direitos de cidadania e o fortalecimento da sociedade civil organizada (TOURAINÉ, 1989; DOIMO, 1995; GOHN, 1997).

Porém, a partir da década de 90, sob uma conjuntura de maior democratização do Estado, políticas neoliberais e reforma do Estado implementada no governo de Fernando Henrique Cardoso, parte considerável dos movimentos sociais se aproximam dos governos, celebram parcerias e colaboração em trono do desenvolvimento de políticas sociais, sem maior preocupação com sua organização interna. Essa premissa de atuação norteou grande parte dos estudos sobre ações coletivas no Brasil, acentuando duas vertentes de análises: uma com ênfase no contexto sociopolítico de crise econômica nos anos 80 e significativos avanços nas luas dos atores coletivos; outra de imposição de políticas neoliberais e protagonismos das ONGs (GOHN, 1997; BURITY, 1999; MUTZENBERG, 1999; FONTES, 1999)

Os movimentos populares, nesse último período, cedem espaços à atuação das Organizações Não Governamentais que, de certa forma, protagonizam ação no desenvolvimento de atividades em parceria com o Estado, tanto no campo da formação cidadã e mobilização de atores sociais, quanto na realização de políticas sociais por meio de orçamento participativo, conselhos gestores, conferências públicas, audiências públicas em função de maior democratização do Estado (TATAGIBA, 2002).

No contexto de neoliberalização das políticas públicas (privatização de empresas públicas, repasse de serviços públicos à iniciativa privada, diminuição das responsabilidades do Estado) um novo termo passou a designar as organizações da sociedade civil, o chamado terceiro setor (IOSCHPE, 2000), conceito que homogeneiza a heterogeneidade dos atores coletivos da sociedade civil. Essa discussão sobre o terceiro setor coincidiu com o processo de implementação das políticas neoliberais no Brasil e marcou um campo de distinção entre organizações da sociedade civil situadas num campo de certa resistência às parcerias com o estado e as que se instituíam ou se reconfiguravam no desenvolvimento de parcerias e convênios públicos estatais. Com passar do tempo as duas configurações de organizações foram denominadas num único campo o do terceiro setor. Isto, certamente, ajudou no processo incremento de parcerias com o Estado.

Por exemplo, nos dois primeiros governos do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República (2003 – 2010) os movimentos sociais e ONGs aprofundaram a relação de parceria e convênio com o Estado na execução de projetos de políticas sociais e isto, de certo modo, enfraqueceu a atuação no fortalecimento da base desses atores coletivos, fragilizando sua agenda de organização interna. Após o terceiro governo federal do supracitado partido (2014), com os movimentos sociais progressistas bastante enfraquecidos, uma conjuntura de acirramento da disputa de projetos políticos antagônicos, crise econômica e aumento do desemprego assolando o país surgem os movimentos sociais conservadores. Mas, antes mesmo do auge das manifestações dos movimentos conservadores, a sociedade, através de novas organizações de jovens, emite um alerta aos governos com as manifestações de junho de 2013.

Surgimento e atuação de novíssimos movimentos sociais

Movimento Passo Livre – MPL, a princípio, que dizer, no início das manifestações públicas denominadas no Brasil de jornadas de junho de 2013, parte da literatura que analisa essas manifestações remete sua origem ao processo de estrutura social excludente (BRAGA,

2013). No entanto, as manifestações de 2013 foram realizadas num contexto conjuntural internacional de grandes manifestações contra o sistema capitalista, que se espalhou e atingiu o mundo árabe, onde foca a democratização do Estado nos países região e foi denominada de Primavera Árabe. Assim, a primavera árabe de 2010 a 2013 consistiu grandes manifestações no Irã, Tunísia, Egito, Síria e Turquia (CASTELLS, 2013; NETO E OLIVEIRA, 2017). Nos Estados Unidos da América ocorreu o Ocupe Wall Street, em 2011⁴, uma manifestação de ocupação de um parque que durou várias semanas, o objetivo era protestar contra o sistema capitalista. Essa onda de manifestações públicas levou milhares de jovens mexicanos, chilenos e brasileiros às ruas nos anos de 2012 e 2013 (ZIZEK, 2013; SECCO, 2013).

No caso das manifestações brasileiras de junho de 2013, a partir das demandas e reivindicação, colocam-se entre o progressismo e o conservadorismo. Ou seja, foram grandes contingentes de pessoas, na maioria jovens estudantes da classe média, classe popular, classe trabalhadora, vindo dos bairros e periferias das cidades que organizavam as manifestações de protesto. Grosso modo, protestavam contra o alto preço e má qualidade do transporte público das grandes cidades brasileiras, mas não apresentavam propostas claras de mudança social, nem eram explicitamente contra os governos. O foco principal realmente redução da tarifa dos ônibus e metrô, demanda que empolgou jovens estudantes e não estudantes irem às ruas em quase todos os 26 Estados brasileiros. Porém, essas organizações juvenis já se articulavam desde de 2005 em outras campanhas pela redução da tarifa do transporte, mas de forma acanhada e, em junho de 2013, no embalo da primavera árabe, atingiu o auge com numerosas manifestações de rua. Esse movimento ficou conhecido de Movimento pelo Passe Livre – MPL (GOHN, 2017) que coordenou a organização das manifestações pelas redes sociais na *internet*.

O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizou uma pesquisa⁵ em junho de 2013 sobre vários aspectos desse movimento e constatou as seguintes dados entre os participantes: transporte público: 53,7%, nesse item destaca-se contra o aumento e a favor da redução da tarifa 40,5%; contra a precariedade e a favor da melhoria do sistema de transporte público 14,0%; a favor do aumento de veículos nas frotas 4,3%; desconforto na viagem 3,6%;

⁴ O movimento Occupy Wall Street (OWS, ou "Ocupe Wall Street) foi um protesto que começou em 17 de setembro de 2011, no Zuccotti Park, no distrito financeiro de Wall Street, em Nova York. A revista Adbusters, de caráter anticonsumista e pró-meio ambiente, organizou a chamada para o protesto inspirada nos movimentos árabes para a democracia. Os manifestantes foram forçados a sair do Parque Zuccotti em 15 de novembro de 2011. Depois de várias tentativas frustradas de voltar a ocupar o local original, os manifestantes voltaram seu foco para a ocupação de bancos, sedes corporativas, faculdades e universidades. <https://seuhistory.com/hoje-na-historia/movimento-ocupe-wall-street-comeca-em-nova-iorque>

⁵ A pesquisa foi feita nas capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília na quinta-feira, dia 20 de junho de 2013. Foram entrevistados 2002 manifestantes com 14 anos ou mais, com margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

mais transparência na área de transporte público 0,1% e; pelo passe livre para estudantes e desempregados 0,5%.

Sobre o ambiente político 65,0% se colocavam da seguinte forma: contra a corrupção e desvios de dinheiro público 49,0%; necessidade de mudança política 11,4%; insatisfação com governantes em geral 9,9%; insatisfação com políticos em geral 7,8%; contra partidos e sistema partidários brigas partidárias 0,2% e; contra o salário dos políticos 0,4%.

O instituto ainda buscou saber a opinião dos manifestantes sobre os gastos da Copa Mundial de Futebol, realizada no Brasil no ano de 2014. Nesse item manifestaram-se 30,9%. Destes, acreditavam que havia desvios de dinheiro 13,8%; gastos acima do orçamento 7,7%; dinheiro que poderia ser gasto com outras coisas mais importantes 12,4% e; contra a Copa ser realizada no Brasil somente 0,2%.

O perfil dos participantes das manifestações de junho de 2013 apresenta a seguinte composição: masculino 50% e feminino 50%. Idade: de 14 a 24 anos 43%; de 25 a 29 anos 20%; de 30 a 39 anos 18% e; 40 ou mais anos 19%. Escolaridade: até colegial iniciado 8%; colegial completo ou ensino superior iniciado 49% e; ensino superior completo 43%. Renda: 15% com renda familiar de até 2 salários mínimos; 30% com renda familiar acima de 2 até 5 salários mínimos; 26% têm renda familiar acima de 5 até 10 salários mínimos e; 23% têm renda familiar acima de 10 salários mínimos. Trabalho: 76% trabalhavam e 24% não trabalhavam. Estudo: 52% estudavam e 48% não estudavam. Participação em manifestações: 54% tinham participado de outras manifestações e 46% participavam pela primeira vez.

O Movimento Vem Prá Rua

Outro grupo denominado novíssimo movimento social, de matriz assumidamente conservadora, criado no ano de 2014, no calor das manifestações de junho de 2013 e da campanha eleitoral para presidente da República realizada nesse mesmo ano é o Vem Prá Rua (VPR). Esse movimento surge logo após a campanha eleitoral, com apoio dos grupos políticos aglutinados em torno da chapa do candidato derrotado nas eleições presidências, Aécio Neves, que insatisfeito com a derrota não aceita totalmente o resultado das urnas, e numa tentativa de demonstração de força política, por um lado, articula os parlamentares de oposição no congresso nacional, principalmente parte do grupo do PMDB, para atacar as propostas do governo no parlamento, por outro lado, estimula seus apoiadores na sociedade irem às ruas protestar contra o governo da candidata reeleita Dilma Rousseff. Algumas lideranças jovens assumem a linha de frete dessas manifestações de rua, inclusive uns ligados a chapa do

candidato derrotado, vindo do meio empresarial, engajam-se na organização do movimento de protesto e, logo após as eleições de outubro de 2014, dão início as manifestações, ainda tímidas, e propostas bem diferentes das jornadas de 2013. Inicialmente, esse movimento juntava poucas pessoas nas manifestações, mas aos poucos foi aumentando os adeptos e se espalhando pelas cidades com apoio de empresários, políticos, setores da mídia e pessoas da classe média insatisfeitas com as políticas dos governos ptista, com os políticos em geral, com a corrupção eleitoral e as manifestações ganham aderência de parte expressiva da população (AMARAL, 2016, CHAUI, 2016, BOITO Jr, 2016).

O VPR apresentava estas bandeiras de luta expressas em frases lacônicas: “contra tudo que está aí”, contra a “roubalheira”, maus políticos e pela alternância de poder. A partir desses estandartes, no início do ano de 2015, ele articula uma modalidade nova de luta, os painelaços. A população era insimulada ir às ruas ou sair nas janelas de casas e apartamentos batendo em painelas toda vez que a presidente Dilma falava na TV. Dessas ações apareceu outros propósitos desse movimento que foram articulados aos primeiros e ganharam força na sociedade: *impeachment* a Presidente Dilma, “fora PT” e prisão ao Lula. As primeiras bandeiras se associavam as outras, isto é, a corrupção era coisa do PT, dos governos de Lula e Dilma, principalmente a corrupção ocorrida na gestão da empresa brasileira de petróleo – PETROBRAS. Esse movimento ganhou a confiança de expressiva parte da mídia escrita, televisiva e digital que reproduziu fartamente essa associação da corrupção aos governos do PT, e setores da classe média da sociedade, principalmente funcionários públicos, médios empresários, profissionais liberais estimulados pela mídia e as campanhas nas redes sociais engrossam as manifestações nas ruas num grito de contra corrupção, *impeachment* a Dilma, precisão a Lula e apoio a Lava Jato⁶. Essa articulação tácita da mídia conservadora com setores políticos reacionários, elite empresarial e um judiciário também conservador configurou uma aliança com base social os movimentos sociais reacionários que derrubou a presidente (SOUZA, 2016).

⁶ Operação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal contra a corrupção na PETROBRAS. As denúncias se aprofundaram e no decorrer da campanha eleitoral foram presos diretores da empresa e um doleiro. Estes presos fizeram acordo de delação premiada com a justiça e levou a prisão, em 17 de novembro de 2014, a mais de 20 pessoas: políticos, executivos e presidentes de grandes empresas brasileiras com contrato com a PETROBRAS, acusadas de pagamento de propina a representante de partidos políticos e diretores da empresa para ganhar licitações em obras de expansão da petrolífera. Executivos das empresas Queiroz Galvão, Mendes Junior, Camargo Correia, OAS e outras foram presos e processados. Em janeiro de 2018 já havia mais de 140 pessoas sentenciadas e presas, inclusive o ex-presidente da Câmara dos Deputados Federais e um senador (presos no mandato), ex-ministros dos governos de Lula, Dilma e Temer e o ex-presidente Lula julgado e condenado no dia 24 de janeiro de 2018 pela 8ª turma do Tribunal Regional Federal do Estado do Rio Grande do Sul a mais de 12 anos de prisão.

Após o processo de afastamento da presidente, em maio de 2016, o *impeachment* em agosto do mesmo ano e o avanço da operação Lava Jato o VPR arrefeceu e praticamente desapareceu da mídia e das ruas. De certa forma, ele já havia conseguido seu principal objetivo e também demonstrar a força do lado conservador da sociedade brasileira, desde o período colonial, passando pelo governo de Getúlio Vargas, apoio ao golpe político militar e agora com a derrubada do governo da presidente Dilma, conhecido como golpe político jurídico midiático, por articular políticos, juristas e a mídia na defesa do *impeachment*. Contudo, a tese jurídica de crime de responsabilidade criou polêmica no meio jurídico e ainda hoje parte dos juristas brasileiros e políticos progressistas asseguram que o *impeachment* foi de fato um golpe parlamentar bem articulado entre parte da mídia, de empresários insatisfeitos com a política econômica e fiscal do governo, políticos conservadores e setor do judiciário (SOUZA, 2016).

O Movimento Brasil Livre

Igualmente ao VPR o Movimento Brasil Livre (MBL) foi também criado no calor da campanha eleitoral de 2014, no mesmo processo de insatisfação com o resultado das eleições da chapa derrotada, apoio explícito de empresários, políticos conservadores e setores da mídia conservadora. Foram lideranças jovens, em 2014, que assumiram o processo de institucionalização do movimento, em articulação com fundações e institutos Nortes Americanos (defensoras do liberalismo econômico e financiadoras da formação de jovens lideranças inclinadas ao neoliberalismo) articulados com o meio empresarial (AMARAL, 2016). Esse movimento, com apoio de empresários e políticos conservadores, rapidamente foi organizado em quase todos os Estados da federação por meio das redes sociais na *internet: facebook, e-mails e WhatsApp* para puxar a mobilização da sociedade às manifestações de rua contra os governos do PT. Juntamente com o VPR, tornaram os principais articuladores e convocadores das manifestações de 2015 e 2016, em protesto ao Partido dos Trabalhadores, o governo da Presidente Dilma e pelo *impeachment*. Eles impulsionaram uma onda de ações conservadoras e intolerância política aos partidos, políticos, lideranças e gestores de esquerda, a quem atribuíam a corrupção no Brasil.

Inicialmente o MBL surge com um discurso de movimento ante partidário, não aceita o envolvimento de seus líderes com partidos políticos, sua bandeira principal era contra a corrupção e contra a rouboalheira nos governos e nas empresas públicas. Mas esse discurso pouco durou, foi mais uma falaça para ganhar aderência na sociedade que historicamente afere baixa credibilidade aos políticos que ela elege, pelo mal desempenho em seus mandatos,

distanciamento do eleitor após as eleições e legislação em causa própria garantindo privilégios e benesses. Nas eleições municipais de 2016 o MBL lançou vários candidatos em vários partidos conservadores. Foram eleitos oito vereadores ligados ao movimento, inclusive um jovem negro de 20 anos de idade eleito na capital paulista, colocando-se contra cotas nas universidades para estudantes negros (AMARAL, 20016, GOHN, 2017).

Assim, em novembro de 2015 o MBL realizou seu primeiro congresso, onde apresentou plataforma política, definiu candidatos a cargo eletivos e coligação com partidos conservadores, desmascarando, dessa forma, o discurso inicial ante partidário. Mesmo antes dessas deliberações já havia notícias da vinculação de lideranças do movimento com partidos conservadores tipo PSDB, PRB, DEM que, inclusive, apoiaram as manifestações mobilizadas pelo MBL com infraestrutura, lanches e transportes aos participantes, mas esses partidos negam (AMARAL, 2016).

A bandeira principal nas manifestações do MBL, assim como o VPR, era contra corrupção e contra o PT. A corrupção era atribuída aos governos do PT que, para o movimento, praticava a “roubalheira”, e a mídia conservadora com interesse na queda da presidente, divulgava esse discurso à sociedade. Dessa forma, criou-se falsa expectativa na população, que derrubando a presidente o problema da corrupção, que é secular no Brasil, acabaria e as crises política, econômica e de desemprego rapidamente seriam resolvidas, normalizando-se o processo de retomada do crescimento econômico com empregabilidade, honestidade e tranquilidade. O que obviamente não aconteceu, as crises se aprofundaram ainda mais, por exemplo: a taxa de desemprego, já muito alta, 10,2% subiu para 12,4% em dezembro de 2017, mas esteve em 13,3% no início daquele ano (RAMALHO, 2017); o consumo da população, com a crise econômica caiu drasticamente e forçou a queda da inflação e; a crise política continua até o presente momento de 2018. O que fez o governo do Presidente Michel Temer, numa política de barganha com deputados e senadores, foi aprovar uma reforma trabalhista revogando direitos dos trabalhadores, aprovar redução do orçamento dos gastos públicos que impacta a oferta de serviços do Estado à população e tenta aprovar no congresso a reforma previdenciária para também revogar direitos dos trabalhadores.

No programa do MBL disponibilizado em sua página no *face-book*, as propostas denunciam o conservadorismo e o liberalismo econômico do movimento, defendem a privatização da educação, privatização da saúde, de bancos públicos, de transportes urbanos e de outros serviços públicos à população. Entre as propostas que o MBL diz ter sido aprovadas em 2015 e no segundo congresso realizado em novembro de 2016, estão as seguintes:

Todos os programas sociais, programas de governo, FGTS, bolsa família, empréstimos agrícolas, subsídios de taxa de juros e programas de depósito judicial passam a ser oferecidos em plataforma aberta, ou seja, devem ser disponibilizados para todos os bancos. Idealmente, no longo prazo, todos os bancos (públicos) devem ser privatizados, porém o mais urgente é privatizar a Caixa Econômica Federal. Realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia. (...) Revisão do capítulo econômico da Constituição, adotar a economia de mercado (qualquer interferência do Estado deverá ser justificada e seus resultados, posteriormente avaliados). Acabar com o limite de 30% de participação de capital estrangeiro em veículos de imprensa. Substituição do FGTS atual que penaliza o trabalhador por um sistema facultativo de seguro privado para a demissão. Nesse caso o trabalhador poderia escolher entre várias alternativas oferecidas pelo sistema bancário privado. *A lei trabalhista deve ser modificada para que os acordos bilaterais se sobreponham aos direitos atuais. Ou seja, trabalhador passa a ter o direito de renunciar aos benefícios desde que aceite a negociação e que os direitos humanos constitucionais sejam respeitados* (MBL, 2015, s/p – grifos nossos)⁷.

Apesar das ideias acima apresentarem confusão entre privatização, liberalização econômica e revisão constitucional, está claro que o MBL tem clareza sobre o propõe ao Brasil, um projeto de neoliberalização total da economia brasileira com supressão das funções do Estado no campo social e econômica. Porém, essas ideias não foram levadas ao conhecimento do público nas manifestações, apenas disponibilizadas na página do movimento no *face-book*. Ao menos uma delas foi concretizada na reforma trabalhista do governo Temer, aprovada em 2017, a que preconiza a sobreposição do negociado sobre o legislado, ou seja, que os acordo entre trabalhador e patrão tem mais valor jurídico que a lei que define os direitos dos trabalhadores.

Outras propostas do MBL são:

Fim do voto obrigatório. Fim do fundo partidário. Candidaturas independentes para Executivo e Legislativo. Voto distrital misto. *Eleito do legislativo deve renunciar para assumir cargo de confiança no Executivo*. Fim da imunidade parlamentar e do foro privilegiado. (...) Desburocratização de operadoras de planos de saúde. Adoção de um sistema de saúde similar ao alemão em substituição ao SUS: obrigatoriedade da contratação de um plano de saúde e fornecimento de plano gratuito para aqueles que não puderem pagar por um. (...) *Imposto sindical passa a ser facultativo e a criação de novos sindicatos e associações passam a ser liberados para estimular a concorrência e a diversidade de opiniões*. (...) O trabalhador passa a poder optar pela antecipação do 13º Salário. Nesse caso ele deverá ser pago em 12 parcelas mensais. (...) *Aprovação da idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres* (para gerações futuras) e reaprovação do fator previdenciário. (...) Revogação da Lei Rouanet. (...) Permitir a contratação de agências privadas de investigação para diminuir o número de casos de homicídios não resolvidos. Privatização de presídios. (...) Privatização de linhas de metrô e VLT e criação de novas linhas por meio de PPPs. Onde houver oligopólio de transporte urbano coletivo

⁷ Posteriormente a coleta dessas informações o MBL fez uma revisão nos conteúdos publicados no site do movimento e disponibilizou novamente com o título de propostas aprovadas no primeiro congresso nacional do MBL.

(ônibus, táxis, trens, lotação, etc.) promover a concorrência e o transporte alternativo, com diminuição de impostos e desregulamentação (MBL, 2015, s/p – grifos nossos).

As propostas do MBL são um alinhavado de sugestão neoliberal radical. Algumas ideias vão frontalmente de encontro aos direitos dos trabalhadores já há muito tempo conquistados, como o décimo terceiro salário, que eles propõem o pagamento em doze parcelas mensais. Igualmente, a proposta de sessenta e cinco anos de idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres. Algumas dessas ideias apareceram nas propostas do governo Temer, mas não se sabe se elas têm origem no próprio governo e o MBL as assumiu, ou se o governo Temer as transformou em propostas ideias do MBL, como a proposta de reforma da previdência com sessenta e cinco anos de idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres e o fim do imposto sindical já aprovado na reforma trabalhista. Outras ideias como candidaturas independentes para executivo e legislativo, fim do foro privilegiado para políticos e renúncia ao mandato para exercer cargo de confiança são aceitáveis, mas dificilmente os parlamentares e partidos da relação política do MBL defenderão, porque elas tocam na estrutura de poder da elite política e na construção das relações clientelistas que mantém os políticos tradicionais.

A julgar por essas ideias do MBL, pela relação direta com partidos políticos e o fim das manifestações de rua o movimento parece que mudou ou está mudando de estratégia, possivelmente caminhará para constituição de um grupo político de direita conservadora reacionária, com ocupação de cargos eletivos, ou tornar-se-á uma incubadora desse tipo de político. Mas, só o tempo confirmará essa especulação.

Considerações finais

Este texto apresentou traços da composição e atuação da sociedade civil brasileira na passagem do século XX para o século XXI. Nos últimos vinte anos do século passado apareceu na sociedade brasileira uma miscelânea de atores sociais coletivos, chamados movimentos sociais progressistas, suas lutas e demandas contribuíram com o processo de democratização do Estado e construção dos direitos de cidadania. No contexto de políticas neoliberais e uma conjuntura de crises econômica e política esses atores entraram em refluxo. Este processo, por vez, os arrastou para relação de parcerias e convênios com governos na execução de políticas públicas, deixando-os enfraquecidos internamente, sem capacidade de renovação de suas lideranças e baixa inovação em suas lutas.

Ficou claro, no decorrer da análise, que a ascensão dos governos de centro-esquerda ao poder central, no início do século XXI, sob uma hegemonia de classe construída precariamente

pelo PT, criação de vários programas e políticas sociais que amenizaram a exclusão social, a miséria, a pobreza e criou certo grau de insatisfação na classe média. A ascensão econômica de parte das pessoas das camadas populares originou uma classe trabalhadora precarizada, mas com acesso ao mercado de consumo. Parte das pessoas que obteve acesso aos bens de consumo, formação escolar e serviços públicos, com a crise econômica de 2014, viu suas chances de ascender ainda mais economicamente severamente afetada e, sem pensar nas consequências, junta-se ao setor da classe média insatisfeita, saem às ruas em protesto com apoio da mídia, de políticos conservadores e de empresários também insatisfeitos.

O sinal dessa insatisfação foi dado nas jornadas de junho de 2013, organizadas por jovens de classe média e de camadas populares conectados à *internet* e estimulados pelos ares da primavera árabe. Logo depois, uma onda de conservadorismo surgiu e explodiu em manifestações de rua contra o governo de centro-esquerda, a corrupção política e o PT, permanecendo até derrubar o governo. Nasceram desses processos o Movimento Vem Pró Rua e o Movimento Brasil Livre, assumidamente conservadores, estruturaram-se rapidamente em quase todos os estados brasileiros com grupos de jovens e profissionais liberais da classe média apoiados por partidos políticos conservadores e uma pauta de políticas neoliberais, redução das funções do estado e extinção de direitos sociais. Porém, o MBL apresenta ideias programáticas neoliberais mais consistentes e seus líderes defendem nas campanhas por cargos eletivos nos partidos conservadores como PSDB, DEM, PRB e PV.

Concluindo, há evidências que o saldo das manifestações de protesto contra os governos do PT e suas políticas sociais será uma sociedade mais conservadora, intolerante e preconceituosa. Nascerá daí uma disputa de espaço político, significação social e convivência conflituosa entre atores sociais progressistas e conservadores, possivelmente constitutivos de novos traços da sociedade civil brasileira.

Referências

AMARAL, Marina. Jaboti não sobre em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: JINKINGS, Ivana. Et al (ORG.). POR QUE GRITAMOS GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOITO Jr. Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana. Et al (ORG.). POR QUE GRITAMOS GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BURITY, Joanildo A. Caminhos Sem Fim – Caminho do Fim? In: FONTES, Breno Augusto S. Maior (ORG.). MOVIMENTOS SOCIAIS: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE SENTIDO. Recife: Editora Universitária - UFPE, 1999.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: ERMÍNIA, Maricato. Et al. (ORG.). CIDADES REBELDES: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Ivana. Et al (ORG.). POR QUE GRITAMOS GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

CARVALHO, José Murilo. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira. In: AVRITZER, Leonardo. Et al., (ORGS.). *CORRUPÇÃO: ensaios e críticas*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós – 70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará ANPOCS, 1995.

FIGUEREDO, Luciano Raposo. A corrupção no Brasil Colônia. In: AVRITZER, Leonardo. Et al., (ORGS.). *CORRUPÇÃO: ensaios e críticas*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997

_____. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo. Petrópolis RJ: Vozes, 2014.

_____. Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contra correntes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

GLOBO.com. Veja pesquisa completa do IBOPE sobre manifestantes. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em 17 de dez. 2017.

IOSCHPE, Evelyn. Et al. 3º Setor: Desenvolvimento social sustentável. São Paulo: GIFE, Paz e Terra, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. Pernambuco no período colonial. In: AVRITZER, Leonardo. Et al., (ORGS.). *CORRUPÇÃO: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MUTZENBERG, Remo. Construção de sentido pelos movimentos sociais. In: FONTES, Breno Augusto S. Maior (ORG.). MOVIMENTOS SOCIAIS: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE SENTIDO. Recife: Editora Universitária - UFPE, 1999.

MBL. Propostas do primeiro congresso realizado em novembro de 2015. Disponível em: <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em 18 de nov. 2017.

NETO, Tiago Ferreira de Sousa e OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. “SE A PASSAGEM NÃO BAIXA, A CATRACA EU VOU PULAR”: As manifestações contra o aumento da tarifa do transporte coletivo em Teresina - PI nos anos de 2011 – 2012. III Encontro Internacional: Participação, democracia e políticas públicas. UFES, Vitória (ES), 2017.

PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo: movimento passe livre – São Paulo. In: ERMÍNIA, Maricato. Et al. (ORG.). CIDADES REBELDES: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

RAMALHO, André. Taxa de desemprego é de 12,4% no terceiro trimestre, aponta IBGE. Jornal o Valor. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/5177802/taxa-de-desemprego-e-de-124-no-terceiro-trimestre-aponta-ibge>. Acesso em: 27 de jan. 2018.

SOUZA, Jessé. A Radiografia do golpe. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de junho. In: ERMÍNIA, Maricato. Et al. (ORG.). CIDADES REBELDES: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (ORG.). SOCIEDADE CIVIL E ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. In: Revista Lua nova: São Paulo, nº 17, junho de 1989.

ZIZEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. In: ERMÍNIA, Maricato. Et al. (ORG.). CIDADES REBELDES: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.